

ANEXO III

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO PRÉ-PROJETO

ORIENTAÇÕES GERAIS

O Pré-Projeto deve ser elaborado seguindo as diretrizes do Edital e conforme modelo fornecido (**Anexo II**). Este anexo traz orientações para o preenchimento de cada campo do pré-projeto, mas, de forma alguma, exime o candidato da devida leitura do Edital.

1. RESUMO TÉCNICO

O resumo deve ser redigido na língua vernácula, **em parágrafo único**, conforme o modelo do **Anexo II**, sem recuo na primeira linha, na terceira pessoa do singular, com o verbo na voz ativa e não deve incluir citações bibliográficas. Deve ser informativo e apresentar de forma clara, objetiva e concisa os seguintes elementos:

- I. Delimitação do tema da pesquisa e sua problemática pertinente ao Direito Negocial;
 - II. O problema-chave e a correspondente enunciação proposicional da hipótese norteadora da pesquisa;
 - III. O propósito da investigação ou objetivo geral, alinhado à hipótese, na forma demonstrativa;
 - IV. Fundamentação teórico-conceitual empregada no estudo, destacando as principais referências (autores de relevância reconhecida no campo epistemológico da pesquisa);
 - V. A modalidade de pesquisa a ser desenvolvida na abordagem do objeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos a serem empregados para a consecução do objetivo geral, bem como, caso sejam necessárias, as estratégias técnico-operacionais a serem empregadas para a coleta e tratamento dos dados, etc.;
 - VI. Expectativa de resultados e conclusões mais significativos para o Direito Negocial.
-

2. PALAVRAS-CHAVE

Devem ser indicadas palavras-chave relacionadas ao objeto de pesquisa em sintonia com a área de concentração e linha de pesquisa escolhida do PPGDN/UEL. Não é necessário colocar as palavras-chave em ordem alfabética, mas recomenda-se colocá-las em ordem lógica de prioridade e relevância no tratamento do objeto de pesquisa. Devem ser separadas por ponto e vírgula (;) e grafadas com iniciais em letra minúscula, exceto substantivos próprios e termos técnicos/científicos, quando aplicável. Ex: Direito Negocial; negócios jurídicos.

3. DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA – REVISÃO DE LITERATURA I

A revisão sistemática de literatura consiste em um levantamento bibliográfico exaustivo sobre as diferentes interconexões e interfaces que envolvem um tópico delimitado a partir do campo temático, destacando as diferentes abordagens de autores reconhecidos (fontes primárias ou originais), as teorias, os problemas levantados, as perspectivas de análise, avanços e lacunas.

Nesta primeira etapa, busca-se compreender a complexa problemática que envolve o tópico sob investigação (interfaces e interconexões) e delinear ou mapear o estágio atual da discussão (estado da arte): identificação, descrição, sumarização, comparação e avaliação crítica dos estudos primários relacionados diretamente com o tópico temático, sua problemática e novas perspectivas de investigação.

4. MODELO TEÓRICO-CONCEITUAL – REVISÃO DE LITERATURA II

A formulação do modelo teórico-conceitual ocorre no segundo momento da revisão sistemática de literatura. Deve ser construído a partir de determinada matriz epistemológico-jurídica e, se necessário, de outros referenciais compatíveis (em caso de pesquisa que envolva uma interlocução interdisciplinar).

O modelo teórico-conceitual determina a mediação hermenêutica entre os dados coletados pela pesquisa e o desenvolvimento do objeto de pesquisa (problema-hipótese) atendendo seu intento demonstrativo (a da justificação da proposição-tese).

Assim, com base na revisão sistemática de literatura, o proponente deve apresentar os aportes teórico-conceituais pertinentes indicando os respectivos autores de importância reconhecida (fontes primárias). Em relação a esses aportes devem ser indicadas as principais categorias estruturantes (analíticas e conceituais) que permitirão balizar a

pesquisa, desde a coleta, seleção, a análise e a interpretação dos dados até a demonstração discursivo argumentativa da tese.

5. OBJETO DE PESQUISA – PROBLEMA-CHAVE E RESPECTIVA HIPÓTESE

O binômio problema-hipótese configura o objeto da pesquisa. Em relação ao campo temático da pesquisa, é preciso delimitar com precisão o tópico e a problemática que o envolve. Nesta problematização, formular clara, precisa e objetivamente o problema-chave e enunciar a respectiva hipótese que norteará as atividades de investigação. A hipótese caracteriza-se como a resposta provisória ao problema-chave da investigação e, na busca de sua justificação ou demonstração na dissertação, deve estar em rigorosa coerência com o objetivo geral da proposta.

6. JUSTIFICATIVA: ORIGINALIDADE EPISTEMOLÓGICO-JURÍDICA E RELEVÂNCIA

A justificativa da pesquisa em nível de Doutorado, em relação ao seu objeto e ao conhecimento a ser produzido, apoia-se em sua originalidade no campo epistemológico-jurídico e em sua relevância sob duas perspectivas: científico-jurídica (relevância interna) e social (relevância externa). Neste item, ambas precisam ser justificadas.

Quanto à originalidade epistemológico-jurídica: sob quais aspectos se pode justificar o caráter inovador da pesquisa proposta, considerando sua contribuição na ampliação do conhecimento científico produzido no âmbito epistemológico-jurídico relativo ao Direito Negocial? Quais soluções inovadoras estão implicadas na pesquisa que se propõe em relação aos negócios jurídicos? Que contribuição inovadora se pode oferecer com a pesquisa e, se for o caso, quais os aspectos, métodos ou parâmetros inovadores estão presentes na implementação da proposta de pesquisa?

Quanto à relevância científico-jurídica e social: justificar a aderência do projeto à área de concentração e à linha de pesquisa pretendida no Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial. Quais os fatores que determinaram a escolha do tópico temático e a definição do objeto de pesquisa? Quais motivos tornam relevante a proposta de pesquisa? A proposta apresenta relevância para o contexto atual? Qual a contribuição da proposta de pesquisa para o debate científico-jurídico atual? Qual a contribuição para as práticas jurídicas determinadas por relações negociais no contexto social?

7. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deve expressar a hipótese norteadora da pesquisa. Deve ser formulado de modo assertivo em enunciado único tendo no início um verbo, no infinitivo afirmativo, de caráter exclusivamente demonstrativo (demonstrar, justificar, sustentar, defender), isento de quaisquer ambiguidades. O objetivo geral de um projeto de pesquisa caracteriza-se por sua unicidade proposicional, portanto, não deve haver desdobramentos em dois ou mais enunciados.

8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos concorrem, de modo articulado, para que a investigação alcance sua finalidade demonstrativa. Enquanto o objetivo geral, relativo à hipótese norteadora da investigação, vincula-se à proposição-tese cuja pretensão de validade se pretende demonstrar, os objetivos específicos concorrem para a consecução desta finalidade.

Determinar três objetivos específicos, cada qual elaborado em enunciado único. Devem ser formulados, tendo no início um único verbo de ação, no infinitivo afirmativo, de acordo com a necessidade da investigação para atender um determinado nível no desenvolvimento da pesquisa, sendo o 1º exploratório (p.ex., reconhecer, verificar, conhecer, identificar, comparar etc.), o 2º analítico-descritivo (p. ex., analisar, verificar, caracterizar, descrever, etc.) e o 3º explicativo-compreensivo (p.ex., avaliar, definir, esclarecer, compreender, interpretar, etc.).

9. METODOLOGIA: MODALIDADE, ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS

Determinar claramente a modalidade da pesquisa (metodologia de abordagem do objeto de pesquisa) e explicitar como ela será operacionalizada (metodologia de procedimentos) no sentido de alcançar o objetivo geral proposto. Apresentar, explicar e justificar os procedimentos metodológicos e técnico-operacionais a serem utilizados na investigação e expor sua adequação à modalidade da pesquisa. Determinar os meios e instrumentos pelos quais os dados serão coletados e sob quais critérios estes dados serão selecionados e tratados. Identificar provisoriamente as possíveis etapas na elaboração monográfica orientadas para a demonstração da proposição-tese.

10. RESULTADOS ESPERADOS

Explicitar as expectativas de resultados com a conclusão da pesquisa, bem como, apresentar as contribuições e implicações teórico-práticas para o campo jurídico, notadamente o campo que remete ao Direito Negocial, em sua relação com a prática social.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Elencar as referências bibliográficas das obras citadas na proposta. As obras referenciadas devem ser de reconhecida relevância de acordo com a fundamentação teórica. Utilizar-se das normas de referências bibliográficas da ABNT. Deve conter o número mínimo de quinze (15), no máximo vinte (20) referências.

Londrina/PR, 27 de março de 2026.

Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Júnior

Coordenador do Programa

Prof. Dra. Patricia Ayub da Costa

Vice-coordenadora do Programa
